

(Do Sr. **Antônio Carlos Konder Reis**)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Apesar dos largos passos já caminhados na regulamentação das atividades do setor de petróleo e gás no Brasil, resta ainda um ponto importante sem merecer a devida atenção. Trata-se da questão relativa aos preços de venda do gás natural às concessionárias distribuidoras desse produto.

Em razão das grandes diferenças de preços entre o gás natural de produção nacional e o produto importado, principalmente em razão das variações cambiais e dos preços pagos à Bolívia, a título de tarifa de transporte – por vezes mais caros que os do próprio produto –, os Estados brasileiros que devem abastecer-se exclusivamente do produto importado arcam com maiores custos de aquisição desse insumo energético, dificultando a obtenção de condições justas de competitividade para todas as atividades econômicas que dependam do consumo desse combustível.

Por meio da presente proposição, buscamos restabelecer as devidas condições de igualdade para todos, através da criação de um fundo para equalização dos preços de venda do gás natural em todo o país, constituído com recursos provenientes da contribuição de intervenção no domínio econômico cobrada sobre os combustíveis vendidos no país, em utilização aliás já prevista pela Lei nº 10.336, de 2001, criadora do tributo.

É, pois, na certeza do reconhecimento da justeza de nossa intenção, que vimos solicitar o apoio de nossos nobres pares desta Casa para a rápida transformação de nosso projeto em Lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2002.

Deputado ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS